

ATOS DO PREFEITO

LEI N° 4.424/2026

CRATO - CE, 28 DE ABRIL DE 2026.

EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de caixas de atendimento EXCLUSIVO para grupos prioritários em supermercados e estabelecimentos congêneres no Município do Crato, e dá outras providências

O **PREFEITO MUNICIPAL DO CRATO**, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os supermercados, hipermercados e estabelecimentos comerciais similares que operem com sistema de autoatendimento (caixas de saída) no Município do Crato, obrigados a disponibilizar caixas de atendimento exclusivo para:

- I – Pessoas idosas (idade igual ou superior a 60 anos);
- II – Pessoas com deficiência;
- III – Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA);
- IV – Gestantes e pessoas com crianças de colo;
- V – Pessoas com mobilidade reduzida.

Art. 2º A obrigatoriedade de que trata esta Lei será aplicada de forma escalonada, de acordo com a área de venda do estabelecimento:

- I – Estabelecimentos com área comercial superior a 500 m2: deverão disponibilizar, no mínimo, 01 (um) caixa exclusivo;
- II – Estabelecimentos com área comercial superior a 800 m2: deverão disponibilizar, no mínimo, 02 (dois) caixas exclusivos.

Art. 3º Os caixas de atendimento exclusivo deverão estar devidamente sinalizados com placas indicativas, contendo os símbolos universais de cada grupo beneficiado.

Art. 4º A existência de caixas exclusivos não desobriga o estabelecimento de manter o atendimento preferencial nos demais caixas convencionais, em observância à legislação federal e estadual vigente.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se por atendimento exclusivo aquele destinado unicamente aos grupos listados no Art. 1º, vedada a utilização por consumidores fora dessas condições, ainda que não haja fila no momento.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

- I – Advertência por escrito, com prazo de 30 (trinta) dias para adequação;
- II – Multa no valor de R\$600,00 (seiscentos reais) aplicada em dobro em caso de reincidência.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal do Crato, Gabinete do Prefeito, 28 de abril de 2026.

ANDRÉ BARRETO ESMERALDO

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.425/2026**CRATO - CE, 28 DE ABRIL DE 2026.**

EMENTA: Denomina artérias localizadas no Loteamento Imaculada Conceição, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, município do Crato, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DO CRATO**, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de **RUA DIRCEU FERREIRA FILHO** uma das artérias no Loteamento Imaculada Conceição, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, município do Crato, que inicia-se nas coordenadas georreferenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-39, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=458.967,382m e N=9.198.207,371m perpendicular com a Rua Inácio Ferreira Teles; daí segue por uma distância de 168,82m até o ponto final de coordenadas Sistema UTM: E=458.835,963m e N=9.198.301,541m na Rua Projetada “K”.

Art. 2º Fica denominada de **RUA FRANCISCO DE ASSIS SANTOS** uma das artérias no Loteamento Imaculada Conceição, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, município do Crato, que inicia-se nas coordenadas georreferenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-39, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=458.848,043m e N=9.197.957,240m perpendicular com a Rua Inácio Ferreira Teles; daí segue por uma distância de 384,95m até o ponto final de coordenadas Sistema UTM: E=458.527,196m e N=9.198.187,553 na Rua Lindalva Braga Duarte (PROJETADA “L”).

Art. 3º Fica denominada de **RUA JOSÉ MENDES DE OLIVEIRA** uma das artérias no Loteamento Imaculada Conceição, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, município do Crato, que inicia-se nas coordenadas georreferenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-39, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=458.872,650m e N=9.198.008,222m perpendicular com a Rua Inácio Ferreira Teles; daí segue por uma distância de 383,68m até o ponto final de coordenadas Sistema UTM: E=458.560,923m e N=9.198.231,633m na Rua Lindalva Braga Duarte (PROJETADA “L”).

Art. 4º Fica denominada de **RUA PROFESSOR JOSÉ GREGÓRIO PEREIRA** uma das artérias no Loteamento Imaculada Conceição, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, município do Crato, que inicia-se nas coordenadas georreferenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-39, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=458.941,501m e N=9.198.163,409m perpendicular com a Rua Inácio Ferreira Teles; daí segue por uma distância de 351,12m até o ponto final de coordenadas Sistema UTM: E=458.662,184m e N=9.198.363,152m na Rua Lindalva Braga Duarte (PROJETADA “L”).

Art. 5º A fixação de placas de identificação da referida rua é de responsabilidade da Prefeitura Municipal do Crato.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal encaminhará cópia desta lei aos Correios e às empresas concessionárias de serviços públicos de energia, telefonia e água para as providências que lhes competem.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal do Crato, Gabinete do Prefeito, 28 de abril de 2026.

ANDRÉ BARRETO ESMERALDO

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.426/2026**CRATO - CE, 28 DE ABRIL DE 2026.**

EMENTA: Torna de Utilidade Pública o **Instituto Renova do Semiárido**, localizado no Município do Crato, e adota outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DO CRATO**, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido de Utilidade Pública, nos termos da Lei nº 3.439/2018 o **INSTITUTO RENOVA DO SEMIÁRIDO**, localizado na Rua Monsenhor Francisco de Assis Feitosa, nº 483-A, Bairro Centro, CEP: 63.100-360, Município do Crato, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº 17.541.760/0001-09.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal do Crato, Gabinete do Prefeito, 28 de abril de 2026.

ANDRÉ BARRETO ESMERALDO

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.427/2026**CRATO - CE, 28 DE ABRIL DE 2026.**

EMENTA: Dispõe sobre a concessão de férias anuais remuneradas acrescidas do respectivo terço constitucional aos Professores Temporários da Rede Pública Municipal de Educação do Crato, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DO CRATO**, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido, a partir da sanção desta Lei, férias anuais remuneradas acrescidas do respectivo terço constitucional aos Professores Temporários da Rede Pública Municipal de Educação do Crato, Estado do Ceará.

§ 1º. O gozo das férias referidas no caput, e o pagamento do terço constitucional respectivo, se dará após decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função.

§ 2º. As férias serão concedidas preferencialmente no período de recesso escolar, conforme conveniência da Administração Pública.

Art. 2º. A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal, no que couber.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de recursos específicos de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo Municipal e de transferências constitucionais, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as suplementações necessárias.

Art. 4º. Os efeitos financeiros decorrentes desta Lei não retroagirão, aplicando-se exclusivamente aos contratos vigentes e futuros a partir da data de sua entrada em vigor, vedado o pagamento de valores relativos a períodos anteriores.

Art. 5º. Está Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal do Crato, Gabinete do Prefeito, 28 de abril de 2026.

ANDRÉ BARRETO ESMERALDO

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.428/2026**CRATO - CE, 28 DE ABRIL DE 2026.**

EMENTA: Altera o percentual da Gratificação de Risco de Vida da Guarda Civil Metropolitana, prevista na Lei Municipal nº 3.225, de 01 de julho de 2016, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DO CRATO**, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o percentual da Gratificação de Risco de Vida da Guarda Civil Metropolitana, prevista no Art. 67, da Lei Municipal nº 3.225, de 01 de julho de 2016, que passa de 37,5% (trinta e sete vírgula cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento) do vencimento-base do servidor integrante da carreira de Guarda Civil Metropolitana.

Art. 2º Os recursos financeiros necessários ao cumprimento desta Lei serão oriundos do orçamento público municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal do Crato, Gabinete do Prefeito, 28 de abril de 2026.

ANDRÉ BARRETO ESMERALDO

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.429/2026**CRATO - CE, 28 DE ABRIL DE 2026.**

EMENTA: Dispõe sobre a correção de erro material constante no inciso II, do Art. 2º, da Lei Municipal nº 3.795, de 30 de junho de 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO CRATO, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica retificado o erro material de digitação constante no inciso II, do Art. 2º, da Lei Municipal nº 3.795, de 30 de junho de 2021, passando a identificação da área institucional ali mencionada a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º.** (...)

II – Um terreno localizado no Loteamento Lagoa Encantada, na Vila São Bento, referente à **parte da área institucional 03**, medindo 1.901,69 m² (um mil, novecentos e um vírgula sessenta e nove metros quadrados), situando-se entre as Ruas Projetadas ‘D’ e ‘E’, colado nos lotes 12 e 13”.

Art. 2º. A presente correção possui caráter meramente declaratório, não importando em alteração de área, metragem, valor, objeto da permuta ou demais disposições da Lei Municipal nº 3.795, de 30 de junho de 2021.

Art. 3º. Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais disposições da Lei Municipal nº 3.795, de 30 de junho de 2021, com as modificações introduzidas pela Lei Municipal nº 3.956, de 16 de novembro de 2022.

Art. 4º. Revoga-se a Lei Municipal nº 4.404, de 20 de março de 2026.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal do Crato, Gabinete do Prefeito, 28 de abril de 2026.

ANDRÉ BARRETO ESMERALDO

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.430/2026**CRATO - CE, 28 DE ABRIL DE 2026.**

EMENTA: Dispõe sobre a reposição anual das perdas inflacionárias nos subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo do Município do Crato - CE, nos termos do Art. 37, inciso X, da Constituição Federal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO CRATO, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a revisão geral anual nos subsídios dos seus respectivos agentes políticos (Prefeito, Vice-prefeito, Secretários Municipais, Procurador Geral, Controlador e Ouvidor Geral, e “equiparados que compõem o denominado Primeiro Escalão da Administração Municipal”) no seguinte percentual:

I - O índice de recomposição a ser aplicado será de 4,44% (quatro inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento), correspondente ao acumulado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado no período compreendido entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026.

§ 1º. A referida revisão geral anual se destina exclusivamente à recomposição das perdas inflacionárias verificadas nos últimos 12 (doze) meses, sendo vedado qualquer aumento real de subsídio.

§ 2º. Entende-se como “equiparados que compõem o denominado Primeiro Escalão da Administração Municipal”, termo referido no caput, deste artigo, todos os servidores remunerados exclusivamente pela “simbologia CDS 01”, constante do Anexo II, da Lei Municipal nº 4.396, de 27 de fevereiro de 2026.

§ 3º. A revisão prevista nesta Lei não se caracteriza como aumento de subsídio, mas como mera atualização monetária, nos termos do Art. 37, inciso X, da Constituição Federal e do inciso IV, do Art. 8º-A, da Lei Orgânica do Município do Crato.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta de recursos específicos de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **01 de fevereiro de 2026**, e revogando-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal do Crato, Gabinete do Prefeito, 28 de abril de 2026.

ANDRÉ BARRETO ESMERALDO

Prefeito Municipal

**Estado do Ceará
Prefeitura Municipal do Crato**

Decreto Orçamentário Nº 0043/2026, de 28 de Abril de 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar, ao Vigente orçamento e dá outras providências.

O(A) Prefeito(a) Municipal de **Crato**, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei e de conformidade com o que faculta o Art. 6 da Lei Municipal Nº 4.365/2025 de 24/11/2025.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao vigente orçamento um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 406.000,00 (QUATROCENTOS E SEIS MIL REAIS), para atender à(s) necessidade(s) de reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

REDU.	CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA	CRÉDITO (R\$)
16.01 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania			
08.122.1601.2.117 - Gestão Administrativa e Funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania			
1655	3.3.50.41.00 - Contribuições	1662000000 - Transferências de Recursos dos Fundos Municipais de Assistência Social	66.000,00
Total do Projeto/Atividade: (R\$)			66.000,00
Total da Unidade Orçamentária: (R\$)			66.000,00
16.02 - Fundo Municipal de Assistência Social			
08.244.1601.2.136 - Bloco Proteção Social Básica			
2530	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	1665000002 - Transf. do Estado referentes a Transf. de Convênios e outros Repasses Vinc. à Assistência Social	100.000,00
Total do Projeto/Atividade: (R\$)			100.000,00
08.244.1601.2.139 - Bloco de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e Cadastro Único			
2556	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	1660000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	160.000,00
Total do Projeto/Atividade: (R\$)			160.000,00
08.245.1601.2.138 - Bloco Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (MAC)			
2600	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	1662000000 - Transferências de Recursos dos Fundos Municipais de Assistência Social	80.000,00
Total do Projeto/Atividade: (R\$)			80.000,00
Total da Unidade Orçamentária: (R\$)			340.000,00
Total: (R\$)			406.000,00

Art. 2º. Os recursos para fazer face a suplementação descrita no Art. 1º. deste Decreto, correrão à conta de Anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

REDU.	CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA	ANULAÇÃO (R\$)
14.03 - Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB			
1403-12.361.1402.2.085 - FDB 30% - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental			
1147	3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado.	1541000000 - Transferências do FUNDEB 30% - Complementação da União - VAAF	250.000,00
Total do Projeto/Atividade: (R\$)			250.000,00
1403-12.365.1401.2.087 - FDB 30% - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil			
1200	3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado.	1540000000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 30%	134.600,00
Total do Projeto/Atividade: (R\$)			134.600,00
1403-12.366.1403.2.088 - FDB 70% - Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA			
1233	3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado.	1500100100 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	5.000,00
1233	3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado.	1540107000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%	12.000,00
Total do Projeto/Atividade: (R\$)			17.000,00
1403-12.366.1403.2.089 - FDB 30% - Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA			

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal do Crato

Decreto Orçamentário Nº 0043/2026, de 28 de Abril de 2026

REDU.	CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA	ANULAÇÃO (R\$)
1241	3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado.		
	1540000000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 30%		2.200,00
1241	3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado.		
	1541000000 - Transferências do FUNDEB 30% - Complementação da União - VAAF		2.200,00
Total do Projeto/Atividade: (R\$)			4.400,00
Total da Unidade Orçamentária: (R\$)			406.000,00
Total Anulação: (R\$)			406.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Crato, 28 de Abril de 2026

ANDRE BARRETO ESMERALDO
PREFEITO

ERRATA: PORTARIA Nº 257/2026- GP.

A presente errata se presta a corrigir a **PORTARIA Nº 257/2026 - GP**, de 14 de abril de 2026, publicada na edição nº 5942 fls. 03, do Diário Oficial do Município do Crato – D.O.M, passando a vigorar com a seguinte redação:

PORTARIA Nº 257/2026 - GP
CRATO - CE, 14 DE ABRIL DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DO CRATO**, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso II, “e”, do Art. 118, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o Art. 55, e incisos I e II, do Art. 56, da Lei Municipal nº 917/1971 (Estatuto do Servidor Municipal), dispõe sobre a possibilidade de readaptação de função de servidor “quando se verificarem modificações no estado físico ou psíquico, ou nas condições de saúde do funcionário que lhe diminuam a eficiência no exercício do cargo”;

CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora pública municipal, **KATARINA BARBOSA FRANCELINO**;

CONSIDERANDO o **PARECER FAVORÁVEL** nº 953/2025, emitido pela Procuradoria Geral do Município, opinando pelo deferimento da solicitação em comento;

CONSIDERANDO o Laudo de Exame Médico Pericial nº 040820258144, apresentado pelo Secretária Municipal de Planejamento e Gestão;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER A READAPTAÇÃO FUNCIONAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a servidora municipal **KATARINA BARBOSA FRANCELINO**, inscrita no CPF sob o nº 747.554.553-91, ocupante do cargo de Professor, 100Hs, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer suas funções em conformidade com laudo pericial, constante de referido processo administrativo.

Art. 2º. A presente readaptação funcional, cuja vigência iniciou-se em **19 de fevereiro de 2026**, terá efeitos até **19 de maio de 2026**, conforme os limites e orientações constantes do parecer médico e administrativo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a **19 de fevereiro de 2026**, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE

Paço da Prefeitura Municipal do Crato, Gabinete do Prefeito, em 14 de abril de 2026.

ANDRÉ BARRETO ESMERALDO

Prefeito Municipal

ERRATA: PORTARIA Nº 261/2026 – GP.

A presente errata se presta a corrigir a **PORTARIA Nº 261/2026 - GP**, de 14 de abril de 2026, publicada na edição nº 5942, fls. 07, do Diário Oficial do Município do Crato – D.O.M, passando a vigorar com a seguinte redação:

PORTARIA Nº 261/2026 – GP
CRATO – CE, 14 DE ABRIL DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DO CRATO**, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso II, “e”, do Art. 118, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado pela servidora municipal **ELENICE GOMES DUARTE**, solicitando a redução de sua carga horária para acompanhar familiar doente;

CONSIDERANDO o Art. 135 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei nº 917-1971), que prevê a licença por motivo de doença em pessoa da família, demandando assistência indispensável do servidor;

CONSIDERANDO a aplicabilidade supletiva da Lei Federal nº 8.112/1990, em seu Art. 98, § 3º, que concede horário especial ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência, como balizador para as ações do município no que couber;

CONSIDERANDO o atendimento aos requisitos do art. 1º, §§ 1º e 2º, do Decreto Municipal nº 101/2023, mediante a comprovação do vínculo familiar e da dependência econômica da beneficiária;

CONSIDERANDO o Parecer nº 2052026 - PGM, emitido pela Procuradoria Geral do Município, opinando pelo deferimento da solicitação em comento;

CONSIDERANDO a documentação acostada ao Ofício nº 172/2026 – PERÍCIAS – SMPG e o Laudo de Exame Médico Pericial nº 271202600063, os quais atestam a indispensabilidade da assistência pessoal ao seu filho;

RESOLVE:

Art. 1º. REDUZIR em 50% (cinquenta por cento), a carga horária da servidora pública municipal **ELENICE GOMES DUARTE**, inscrita no CPF sob o nº 769.781.843-49, ocupante do cargo de PROFESSORA V2, lotado na Secretaria Municipal de Educação, **pelo período de 27 de janeiro de 2026 a 26 de janeiro de 2027.**

Art. 2º. Fica vedada a acumulação das horas reduzidas e referidas no Art. 1º, para fins de usufruto num só dia, devendo o servidor utilizar-se da mencionada redução a cada dia laborado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de início da licença.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Paço da Prefeitura Municipal do Crato, Gabinete do Prefeito, em 14 de abril de 2026.

ANDRÉ BARRETO ESMERALDO
Prefeito Municipal

ERRATA: PORTARIA Nº 555/2026 - SMPG

A presente errata se presta a corrigir a **PORTARIA Nº 555/2026 - SMPG**, de 27 de abril de 2026, publicada na edição nº 5950 fls. 8, do Diário Oficial do Município do Crato – D.O.M, passando a vigorar com a seguinte redação:

PORTARIA Nº 555/2026 – SMPG
CRATO-CE, 27 DE ABRIL DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DO CRATO**, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art. 3º, do Decreto nº 3001001/2017 – GP, e dos incisos VIII e XIV, do Art. 64, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR CLAUDIANO CARNEIRO DE MOURA, inscrito no CPF sob o nº 055.639.743-67, para o cargo de COORDENADOR ESPECIAL DE GESTÃO E PROCESSOS, simbologia CDS 03, com lotação na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, criado pela Lei Municipal nº 4.396, de 27 de fevereiro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de abril de 2026.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Paço da Prefeitura Municipal do Crato, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, em 27 de abril de 2026.

ANDRÉ BARRETO ESMERALDO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 301/2026-GP
CRATO - CE, 28 DE ABRIL DE 2026.

EMENTA: Dispõe sobre a estruturação do Comitê Municipal Intersetorial da Primeira Infância, e adota outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRATO**, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas, fundamentado pelas legislações pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR o Art. 1º, o inciso III, da Portaria Nº 154/2025 – GP, de 20 de março de 2025, que nomeia os membros do Comitê Municipal Intersetorial da Primeira Infância, na forma que segue:

“Art. 1º. (...)”

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA:

Titular: Aislene Bezerra de Melo, CPF: 036.901.843-55;

Suplente: Brenda Maria Correia Ferreira, CPF: 054.443.173-11;

Art. 2º - Os demais artigos da Portaria Nº 154/2025-GP, de 20 de março de 2025, permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Crato, Estado do Ceará, em 28 de abril de 2026.

ANDRÉ BARRETO ESMERALDO
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 05/2026 SECULT
REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE CRATO
CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE PONTOS DE CULTURA

A Secretaria Municipal de Cultura de Crato torna público o presente Edital para o desenvolvimento da “REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE CRATO” por meio da **Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)**, instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.

O presente edital é regido pelo disposto na Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc D), no Decreto nº 11.740/2023, Portaria MinC nº 200/2025, Portaria MinC nº 206/2025 (Regulamentam a PNAB), na Lei nº 13.018/2014 (Política Nacional de Cultura Viva), na Instrução Normativa MinC nº 1/2015, e na Instrução Normativa MINC nº 12/2024, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV), aplicando-se também, no que couber, como complementação em situações não previstas na Política Nacional de Cultura Viva, o Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e o Marco Regulatório do Fomento à Cultura nº 14.903/2024.

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura**. **Aqui você vai encontrar as regras deste edital e como fazer para inscrever seu projeto. Estamos muito felizes com seu interesse em participar desta política. Boa leitura.**

1. OBJETO

1.1 Este Edital tem por objeto a seleção de 01 (um) projeto de Pontos de Cultura que promovam o acesso da população aos bens e aos serviços culturais nos territórios e comunidades onde atuam, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva.

1.2 De acordo com a Lei Cultura Viva e os regramentos deste Edital, considera-se:

a) Pontos de Cultura: entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades.

1.3 Este Edital prioriza o apoio à cultura de base comunitária para valorizar e fortalecer a cidadania e a diversidade cultural, de acordo com as categorias, as cotas, as pontuações extras e os critérios de seleção expressos neste processo seletivo.

1.3.1. Para priorizar a cultura de base comunitária, serão consideradas as seguintes ações:

a) Serão atendidas as ações estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva (art. 5º da Lei nº 13.018/2014): Intercâmbio e Residências Artístico-Culturais; Cultura, Comunicação e Mídia Livre; Cultura e Educação; Cultura e Saúde; Conhecimentos Tradicionais; Cultura Digital; Cultura e Direitos Humanos; Economia Criativa e Solidária; Livro, Leitura e Literatura; Memória e Patrimônio Cultural; Cultura e Meio Ambiente; Cultura e Juventude; Cultura, Infância e Adolescência; Agente Cultura Viva; Cultura Circense.

b) Serão atendidas as outras ações estruturantes definidas para as políticas, ações e programas da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura: Culturas indígenas; Culturas de Matriz Africana; Culturas Populares; Mestres e Mestras das Culturas Tradicionais e Populares; Cultura e Mulheres; Cultura Hip Hop; Linguagens Artísticas; Culturas Tradicionais; Gênero e Diversidade; Acessibilidade Cultural e Equidade; Cultura e Territórios Rurais; Cultura Alimentar; Cultura Urbana e Direito à Cidade; Cultura, Territórios de Fronteira e Integração Latino-americana.

c) A desconcentração territorial e regionalização dos recursos ocorrerá nos seguintes territórios ou regiões de maior vulnerabilidade econômica ou social: Regiões periféricas; Regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH; Regiões onde são localizados conjuntos e empreendimentos habitacionais, e programas habitacionais de interesse social, promovidos por programas do governo

federal ou local; Assentamentos e acampamentos; Regiões com menor presença de espaços e equipamentos culturais públicos; Regiões com menor histórico de acesso aos recursos da política pública de cultura; Zonas especiais de interesse social; Áreas atingidas por desastres naturais; Territórios quilombolas; Territórios indígenas; Territórios rurais; Espaços comunitários de convivência, acolhimento e alimentação; Demais regiões que sejam habitadas por pessoas em situação de vulnerabilidade econômica ou social.

2. RECURSOS

2.1 Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal, repassados ao município de Crato por meio da Política Nacional Aldir Blanc, e tem o valor total de R\$ 117.130,60, para a seleção de 01 projeto, com planos de trabalho de 12 meses.

2.2 Caso haja disponibilidade orçamentária e interesse público, este edital poderá ser suplementado. Ou seja, se houver excedente de recursos da PNAB provenientes de outros editais ou de rendimentos, ou ainda disponibilidade orçamentária de outras fontes, a quantidade de vagas poderá ser ampliada para contemplar mais projetos.

3. QUEM PODE PARTICIPAR DO EDITAL

3.1 Poderão participar deste edital:

I. Pontos de Cultura certificados pelo Ministério da Cultura, com finalidade cultural e constituição jurídica, ou seja, com CNPJ.

Atenção!

A certificação será solicitada apenas na Fase de Habilitação, podendo ser emitida até o prazo final para seu envio.

No item 11.2, alínea “g”, deste edital, constam informações sobre possíveis formas de comprovação da certificação, para além do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões presente na Plataforma Cultura Viva.

O Ministério da Cultura não se responsabiliza por inscrições no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura de organizações culturais que demandem certificação em prazo inferior ao necessário para a análise da Comissão Nacional de Certificação, bem como em relação a possíveis indeferimentos de pedidos. O procedimento da emissão de certificado pelo Ministério da Cultura será informado na Plataforma Cultura Viva, em “normativos e circulares”.

3.2 É necessário que as entidades:

- a) Comprovem, no mínimo, três anos de constituição jurídica (CNPJ) e desenvolvimento de atividade cultural, por meio de fotos, material gráfico de eventos, publicações impressas e em meios eletrônicos e outros materiais comprobatórios;
- b) Comprovem experiência prévia na realização do objeto da parceria ou objeto de natureza semelhante; e
- c) Comprovem capacidade técnica e operacional para o cumprimento das metas estabelecidas e do projeto proposto.

4. QUEM NÃO PODE PARTICIPAR DO EDITAL

4.1 Não podem participar do presente Edital:

- a) instituições privadas sem fins lucrativos ainda não certificadas como Pontos e/ou Pontões de Cultura pelo Ministério da Cultura.
- b) coletivos informais (sem constituição jurídica), pessoas físicas e Microempreendedores Individuais (MEI);
- c) instituições privadas com fins lucrativos;
- d) Instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, suas mantenedoras e associações de pais, mestres, amigos ou ex-alunos;
- e) Entidades vinculadas a equipamentos públicos (como associação de amigos de teatros, museus, centros culturais etc.);
- f) Fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;
- g) Instituições integrantes do “Sistema S” (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outros);
- h) Pontos e/ou Pontões de Cultura que não possuam comprovada experiência prévia na realização do objeto da parceria ou objeto de natureza semelhante;

- i) Pontos e/ou Pontões de Cultura que não tenham constituição jurídica (CNPJ);
- j) Pontos e/ou Pontões de Cultura que possuam dentre os seus dirigentes ou representantes:
 - I) agente político ou dirigente de qualquer esfera governamental (Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Presidentes de fundações públicas), ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
 - II) servidor público vinculado ao órgão responsável pela seleção pública do ente federativo, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
 - III) membro do Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador) ou do Tribunal de Contas da União (Auditores e Conselheiros), ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
- k) Partidos políticos e suas instituições;
- l) Membros da Comissão de Seleção ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau; e
- m) Pessoas jurídicas de direito público da administração direta ou indireta.

Atenção! Membros de entidades que integrarem Conselho de Cultura poderão concorrer neste Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no item 4.1.

Atenção! A participação de membros de entidades em consultas públicas relacionadas à implementação da PNAB e/ou na gestão compartilhada da PNCV não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

5. ETAPA DE INSCRIÇÃO

5.1 As inscrições serão gratuitas e deverão ser realizadas no período de 29 de abril a 29 de maio por meio do Mapa Cultural do Ceará. Não serão aceitas inscrições enviadas por outros formatos, nem fora do prazo.

5.2 A inscrição contará com os seguintes documentos:

- a) Formulário de Inscrição Online (Anexo 2);
- b) Plano de Trabalho (Anexo 3);
- c) Plano de Aplicação de Recursos (Anexo 4);
- d) Material de comprovação das atividades culturais desenvolvidas pela entidade cultural há pelo menos 3 (três) anos:
 - Por meio de informações sobre as ações da entidade cultural; cópias de cartazes; folhetos; fotografias; material audiovisual (endereço eletrônico aberto, vídeos, entre outros); publicações em jornal e revista; página da internet; depoimentos; programas; convites para participar de eventos; cartas de reconhecimento de órgãos públicos ou privados, entidades e coletivos culturais e escolas; entre outros.
 - É importante que pelo menos 1 (uma) comprovação indique data anterior a 3 (três) anos em relação à publicação deste edital (ou seja, anterior a 24 de abril de 2023).
 - Da mesma forma, é importante que sejam apresentados materiais recentes (nos últimos dois anos), que demonstrem as atividades realizadas pela entidade.
 - A entidade poderá indicar o link do seu perfil no Mapa do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, onde conste informações que julgue pertinentes;
 - Lembre-se que esse material será utilizado pela Comissão de Seleção para avaliação das candidaturas, de acordo com o Quadro de Avaliação (Anexo 1);

- e) Opcional (não obrigatório): autodeclarações das pessoas negras (pretas ou pardas), pessoas indígenas ou pessoas com deficiência do quadro de dirigentes, acompanhada da ata da última eleição; ou da composição da equipe do projeto; conforme modelos constantes nos Anexos 05 e 06, quando a entidade optar por concorrer aos pontos bonus;
- f) Opcional (não obrigatório): outros documentos que a proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do seu projeto.

5.3. A entidade cultural deverá enviar apenas uma proposta. No caso de envio de mais de uma inscrição, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.

5.4. As entidades que enviarem cópias ilegíveis de qualquer documento obrigatório solicitado neste Edital, prejudicando a análise de itens obrigatórios, serão desclassificadas na Etapa de Seleção.

5.5. A Secretaria Municipal de Cultura de Crato não se responsabilizará por inscrições que deixarem de ser concretizadas por falta de internet, energia elétrica, problemas/lentidão no servidor, na transmissão de dados, em provedores de acesso dos usuários, em problemas decorrentes do Sistema Mapa Cultural do Ceará caso houver sistema digital.

Atenção! Ao se inscrever, a entidade cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc), do Decreto nº 11.740/2023, da Portaria MinC nº 200/2025, Portaria MinC nº 206/2025 (Regulamentam a PNAB), da Lei nº 13.018/2014 (Política Nacional de Cultura Viva), da Instrução Normativa MinC nº 1/2015, e da Instrução Normativa MINC nº 12/2024, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV), aplicando-se também, no que couber, como complementação em situações não previstas na Política Nacional de Cultura Viva, o Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e o Marco Regulatório do Fomento à Cultura nº 14.903/2024.

6. AÇÕES AFIRMATIVAS (PONTUAÇÃO ADICIONAL)

6.1 Considerando a impossibilidade de aplicação de reserva de vagas em razão do quantitativo disponível neste edital, ficam asseguradas ações afirmativas por meio de pontuação adicional para propostas que se enquadrem nos seguintes perfis:

- Pessoas negras (pretas e pardas): acréscimo de até 1 (um) ponto na nota final;
- Pessoas indígenas: acréscimo de até 1 (um) ponto na nota final;
- Pessoas com deficiência: acréscimo de até 1 (um) ponto na nota final.

6.2 A pontuação adicional será aplicada às entidades culturais que:

I – Possuam quadro de dirigentes majoritariamente (cinquenta por cento mais um) composto por pessoas pertencentes aos grupos descritos no item 6.1; ou

II – Apresentem equipe do projeto com maioria (cinquenta por cento mais um) de pessoas pertencentes a esses grupos em funções de liderança (coordenação/direção).

6.3 As pessoas físicas que compõem a direção da entidade proponente ou a equipe do projeto deverão atender aos critérios deste edital, inclusive quanto aos procedimentos de autodeclaração e, quando houver, heteroidentificação.

6.4 A pontuação adicional será cumulativa entre os critérios, até o limite máximo estabelecido pela comissão avaliadora no barema do edital, desde que devidamente comprovada a condição declarada.

6.5 A concessão da pontuação adicional não elimina a necessidade de atendimento aos critérios técnicos mínimos de avaliação, sendo aplicada exclusivamente como mecanismo de promoção da equidade no resultado final.

6.6 Em caso de empate na pontuação final, terão prioridade, sucessivamente:

- I – Propostas que tenham recebido pontuação adicional por ações afirmativas;
- II – Propostas com maior pontuação nos critérios de impacto cultural e relevância social;
- III – Propostas vinculadas às culturas tradicionais e populares.

6.7 Considera-se pessoa com deficiência aquela definida nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

7. PROJETO CULTURAL

7.1 O projeto inscrito será composto pelo Plano de Trabalho (Anexo 3), pelo Plano de Aplicação de Recursos (Anexo 4) e pelas informações complementares enviadas pela entidade cultural.

7.2 O período de execução do projeto deve ser de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período (excetuadas as prorrogações de ofício), com valor anual de R\$ 117.130,16, e conter, no mínimo, as 3 (três) Metas padronizadas e definidas abaixo, com suas respectivas condições e orientações especificadas no item 5 do Plano de Trabalho (Anexo 3).

a) **Meta 1 - Formação e Educação Cultural;**

Desenvolvimento de atividades educativas de forma regular, continuada e gratuitas voltadas para a formação cultural, tais como oficinas, cursos, workshops, palestras, seminários, entre outros, com a elaboração de conteúdos educativos relacionados à cultura, história, artes, entre outros temas relevantes para a comunidade, que valorizem e fortaleçam a diversidade e as identidades culturais locais, incentivando o protagonismo das comunidades, e/ou promovam processos de integração entre as instituições públicas de educação formal (como escolas, Institutos Federais, universidades) e os saberes orgânicos, comunitários, populares e/ou tradicionais (como de mestres e mestras).

b) **Meta 2 - Mostra Artística/Cultural;**

Realização de eventos culturais, como festivais, mostras, exposições, apresentações teatrais, musicais, de dança, entre outros, que valorizem a diversidade cultural, contemplando diferentes linguagens artísticas e expressões culturais, com o incentivo à participação de artistas locais, mestres e mestras das culturas tradicionais e populares, grupos culturais e comunidade em geral, e divulguem/compartilhem o trabalho artístico-cultural produzido pelas/os participantes do projeto, tanto localmente quanto em outras regiões.

c) **Meta 3 - Registro e Divulgação.**

Desenvolvimento de estratégias de divulgação para ampliar o alcance das ações culturais, utilizando, por exemplo, materiais impressos, cartazes, faixas, redes sociais, sites, mídia local, entre outros meios de comunicação, além do estabelecimento de parcerias com veículos de comunicação, órgãos públicos, instituições culturais e outros atores locais para potencializar a divulgação das atividades culturais realizadas.

Criação de mecanismos para o registro e documentação das atividades realizadas, como produção de relatórios, fotos, vídeos, áudios, entre outros.

7.3 As Metas padronizadas descritas no item 7.2 não poderão ser excluídas do projeto, e as entidades culturais poderão, se considerarem pertinente, prever outras Metas que agreguem no objeto proposto.

7.4 O valor global destinado aos projetos selecionados será absolutamente de acordo com os valores definidos no edital (não pode ter valor superior, nem inferior).

7.5 Caso o projeto seja apresentado com discrepância significativa (superior a 10% a maior ou menor) entre o valor total disponível e o valor total apresentado para o projeto, prejudicará a análise sobre como os recursos seriam efetivamente utilizados na eventual seleção do projeto - sendo assim, a Comissão de Seleção deverá desclassificar o projeto.

7.6 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado deverá ser apresentada por meio de tabelas referenciais de valores, no Plano de Aplicação de Recursos (Anexo 4), acompanhadas de memória de cálculo e justificativa para cada item de despesa.

7.7 No caso de discrepância significativa entre os valores previstos e os praticados no mercado, o Ponto de Cultura receberá, na Fase de Habilitação, diligência pela Secretaria Municipal de Cultura, sendo solicitadas justificativas e/ou adequações, conforme definido no item 11 deste Edital.

7.8 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das praticadas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas as variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais. Neste caso, é importante que a entidade proponente apresente cotações e justificativas.

7.9 A entidade cultural deverá dar transparência aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do Termo de Compromisso Cultural, em sua sede e em seu sítio eletrônico.

7.10 Quando o projeto utilizar também outras fontes, a entidade deve apresentar a planilha referente a estes valores, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.

7.11 As modalidades de despesas obrigatórias, possíveis, vedadas e os limites estão elencados no Plano de Trabalho (Anexo 3).

8. ACESSIBILIDADE

8.1 Os projetos inscritos neste edital deverão oferecer medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto e medidas que contemplem e incentivem o protagonismo de agentes culturais com deficiência, nos termos do § 5 do art. 9º do Decreto nº 11.740, de 2023 (PNAB); da Instrução Normativa MINC nº 10 de 2023 (ações afirmativas e medidas de acessibilidade na PNAB); e da Lei Nº 13.146, de 2015 (LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência); conforme descrito no Plano de Trabalho (Anexo 3).

8.2 Os materiais de divulgação dos produtos culturais resultantes do projeto serão disponibilizados em formatos acessíveis a pessoas com deficiência, conterão informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados, e os símbolos universais que indiquem a acessibilidade disponível de forma expressa e visível.

9. ETAPAS DE ANÁLISE

9.1 Os projetos apresentados serão analisados em duas etapas:

- a) Etapa de Seleção - onde os projetos serão avaliados, pontuados e ranqueados, sendo definidas quais entidades serão ou não selecionadas, conforme critérios definidos neste Edital; esta etapa será realizada por comissão de seleção específica, designada por meio de portaria emitida pela Secretaria Municipal de Cultura.
- b) Etapa de Habilitação - será realizada pela Secretaria Municipal de Cultura, onde será observado o cumprimento dos requisitos formais e documentais previstos neste edital e em seus anexos. Nesta etapa, serão analisados somente os projetos que, após a Etapa de Seleção, obtiverem classificação que os coloquem em condição de serem Selecionados, considerando os regimentos definidos e os critérios de distribuição e remanejamento de vagas e de recursos previstos neste edital.

10. ETAPA DE SELEÇÃO DOS PROJETOS

10.1 Na etapa de seleção, serão definidas as entidades classificadas:

- a) Entendem-se por entidades culturais SELECIONADAS aquelas inscritas que obtiverem as maiores notas, considerando os critérios de seleção estabelecidos no quadro do Anexo 1.
- b) Entendem-se por entidades culturais SUPLENTEs aquelas inscritas que obtiverem 60 (sessenta) pontos ou mais, considerando os critérios de seleção estabelecidos no quadro do Anexo 1, mas não obtiveram as maiores notas dentro do quantitativo de vagas de cada categoria e cotas.

10.2 A Seleção dos projetos inscritos neste edital será realizada por uma Comissão de Seleção com membros do Poder Executivo e da sociedade civil), definida pelo Secretário Municipal de Cultura, composta por, no mínimo, 03 (três) membros, com reconhecida atuação na

área cultural, capacidade de julgamento e de notório saber. Preferencialmente, contar com o mínimo de 1 (uma) pessoa da sociedade civil com trajetória ligada às culturas tradicionais e populares.

10.3 Ficarão proibidos de participar da Comissão de Seleção as pessoas que:

- a) tenham interesse pessoal na aprovação do projeto de proponente deste Edital;
- b) tenham participado ou colaborado com a realização das atividades relacionadas à iniciativa cultural e à inscrição de determinada candidatura;
- c) tenham participado de Ponto de Cultura inscrito deste Edital nos últimos 2 (dois) anos;
- d) estejam litigando judicial ou administrativamente com proponente deste Edital ou seus respectivos cônjuges ou companheiros (que estejam envolvidos em processos legais ou administrativos contra qualquer proponente deste edital, bem como contra seus cônjuges ou companheiros. Isso inclui litígios judiciais ou administrativos em qualquer fase do processo, como demandas, contestações, recursos, entre outros).

10.3.1 As proibições previstas no item anterior se estendem ao membro da comissão com cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, consanguíneo ou por afinidade, que se enquadre em alguma das hipóteses previstas.

10.4 A Comissão de Seleção vai avaliar as iniciativas, observando os critérios e pontuações dispostos no Quadro de Avaliação do Anexo 1 deste Edital.

10.5 A pontuação máxima de cada projeto é de até 103 (cento e três) pontos.

10.6 Cada projeto será analisado por, no mínimo, 02 (dois) membros da Comissão de Seleção (pelo menos um deles deve ser servidor ou funcionário da administração pública), e a nota final será obtida a partir da média das notas dos avaliadores.

10.7 Os casos de empate serão resolvidos individualmente para cada cota e categoria, e o desempate ocorrerá na seguinte ordem de prioridade:

- a) maior pontuação nos critérios previstos no Anexo 1 (“Avaliação do projeto apresentado”), do item “II a)” ao “IV f)”, nesta ordem;
- b) maior tempo de existência jurídica (data de fundação) da entidade;
- c) maior idade da pessoa que representa a entidade cultural.

10.8 Será desclassificada a candidatura que:

- a) não apresentar os documentos e formulários devidamente preenchidos, conforme descrito no item 5.2;
- b) apresentar quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade e outras formas de discriminação ou que atente contra os princípios do Estado Democrático de Direito em seu plano de trabalho;
- c) não tenha pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos na Etapa de Seleção;

10.9 A Comissão de Seleção poderá sugerir ajustes ou exclusão, total ou parcial, dos itens do Plano de Trabalho e/ou do Plano de Aplicação de Recursos, para ajustes e/ou justificativas na Etapa de Habilitação, caso sejam considerados incoerentes ou em desconformidade com o projeto apresentado ou com os preços incompatíveis à realização das atividades.

10.10 O resultado preliminar da Etapa de Seleção será publicado no Mapa Cultural do Ceará e Diário Oficial do Município, no endereço: <https://diariooficial.crato.ce.gov.br/>

10.11 Contra a decisão do resultado preliminar da etapa de seleção e/ou para solicitação do espelho de notas, caberá recurso destinado à Comissão de Avaliação, que deve ser apresentado por meio digital no endereço: editaisculturacrato@gmail.com, no prazo de 03 três dias úteis, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação.

10.12 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

10.13 A lista dos recursos aceitos e não aceitos, a composição da Comissão de Seleção e o resultado final da Etapa de Seleção serão publicados e divulgados ao final da etapa de seleção, no Mapa Cultural do Ceará e Diário Oficial do Município, no endereço: <https://diariooficial.crato.ce.gov.br/>

11. ETAPA DE HABILITAÇÃO

11.1 Após a publicação do resultado final da etapa de seleção, as entidades selecionadas deverão encaminhar os documentos abaixo, no prazo de 05 dias úteis, por meio digital para o endereço: editaisculturacrato@gmail.com

11.2 Para as entidades selecionadas:

- a) Declaração Conjunta (Anexo 8), devidamente preenchida e assinada pela representação da entidade cultural;
- b) Cópia do Estatuto Social atualizado;
- c) Cópia da ata de posse dos dirigentes da entidade cultural atualizada;
- d) Relação Nominal dos Dirigentes, de acordo com a Ata de Posse atualizada;
- e) Documentos pessoais da representação da entidade cultural: RG, CPF e comprovante de residência (não havendo vedação para moradia em qualquer UF ou município).
- f) Cópia simples do comprovante de endereço da entidade cultural, tais como contas de água, luz, correspondência bancária, estatuto ou contrato de aluguel.
- g) Certificado de Ponto ou Pontão de Cultura do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura. Caso o certificado não seja localizado, a organização cultural poderá comprovar sua certificação por meio de instrumentos formais de parceria — convênio, Termo de Compromisso Cultural (TCC) ou publicação em diário oficial (da União, estados/DF ou municípios) do resultado de editais certificadores da Política Nacional Cultura Viva.

11.3 O Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura é o único instrumento de reconhecimento, mapeamento e certificação simplificada de entidades e coletivos culturais a ser adotado na implementação dos recursos da PNCV na Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Não serão aceitos outros cadastros.

11.4 A Secretaria Municipal de Cultura consultará, ainda, ficha do CNPJ, visando a verificar se este encontra-se ativo, requisito para habilitação de selecionadas.

11.5 A Secretaria Municipal de Cultura emitirá Parecer Técnico sobre os requisitos técnicos para execução do projeto;

11.6 O Ministério da Cultura disponibilizará minuta de Parecer Técnico, para referência, podendo, ou não, ser adotada pelo Ente Federativo, integral ou parcialmente.

11.7 No Parecer Técnico deverão constar as considerações emitidas pelos membros da Comissão de Seleção no Parecer de Avaliação e a verificação técnica, documental e de gestão da Secretaria Municipal de Cultura, abordando se os projetos selecionados estão aptos para a formalização, a execução e a prestação de contas do Termo de Compromisso Cultural;

11.8 A entidade cultural que apresentar pendências quanto à documentação complementar descrita no item 11.2, ou qualquer informação necessária para a celebração do Termo de Compromisso Cultural, será notificada pela Secretaria Municipal de Cultura para envio de resposta de diligência.

11.9 A Secult poderá solicitar ajustes ou exclusão, total ou parcialmente, dos itens do plano de trabalho ou da planilha orçamentária, caso sejam considerados incoerentes ou em desconformidade com o projeto apresentado ou com os preços incompatíveis aos praticados no mercado onde ocorrerá o projeto.

11.10 A entidade cultural poderá receber 01 (uma) notificação de diligência, com prazo para resposta, de até 05 (cinco) dias úteis.

11.10.1 Após o prazo para resposta da notificação de diligência, será emitido o Parecer Técnico preliminar sobre o projeto avaliado e publicado o resultado preliminar da Etapa de Habilitação.

11.11 O resultado preliminar da Etapa de Habilitação será publicado no Mapa Cultural do Ceará e no Diário Oficial do Município, no endereço: <https://diariooficial.crato.ce.gov.br/>

11.12 Contra a decisão do resultado preliminar da Etapa de Habilitação, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Cultura, que deve ser apresentado por meio de requerimento eletrônico destinado ao endereço: editaisculturacrato@gmail.com, no prazo de 03 dias úteis, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação.

11.13 A Secretaria Municipal de Cultura fará o julgamento dos pedidos de recurso e emitirá Parecer Técnico final, não sendo mais possível qualquer recurso.

11.14 Será emitido Parecer Técnico final de indeferimento, caso a entidade cultural:

- a) não cumpra com o prazo de 05 (cinco) dias para o envio da documentação complementar, de acordo com o item 11.2;
- b) responda parcialmente ou não cumpra o prazo limite de 05 (cinco) dias úteis para responder notificação de diligência, de acordo com o item 11.10;
- c) não se manifeste quanto à notificação de diligência no prazo indicado no item 11.10, caracterizando a desistência da candidatura; ou
- d) se manifeste pela inviabilidade de execução do projeto, caso haja a necessidade de ajustes ou exclusões de itens de despesa do plano de trabalho.

11.15 Caso seja emitido Parecer Técnico final de indeferimento, a candidatura será inabilitada e ficará impossibilitada de celebrar o Termo de Compromisso Cultural, devendo ser convocada a próxima candidatura da lista de classificação do resultado final da Etapa de Seleção para os procedimentos deste Edital, observados as cotas e categorias de inscrição, a ordem decrescente de pontuação, o prazo de vigência deste edital e a disponibilidade orçamentária e financeira.

11.16 Caso seja emitido Parecer Técnico final favorável, será verificada a regularidade jurídica da parceria, visando à celebração do instrumento de repasse com o Ponto de Cultura.

12. DISTRIBUIÇÃO E REMANEJAMENTO DE VAGAS

12.1 Após a conclusão das etapas de análise, não havendo projetos classificados para atender o Edital, o recurso será remanejado para outro edital que contemple às exigências da PNCV.

13. DA ETAPA DE CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

13.1 A Etapa de Celebração do Termo de Compromisso Cultural pela Secretaria Municipal de Cultura considera a adimplência e regularidade da entidade cultural nos seguintes documentos e sistemas:

- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- c) Certidão de Quitação de Tributos Estaduais (CQTE);
- d) Certidão de Quitação de Tributos Municipais (CQTM);
- e) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM).

13.2 A Secretaria Municipal de Cultura realizará a consulta nos sistemas públicos de verificação de regularidade e solicitará à entidade cultural os documentos e certidões que não estiverem publicamente acessíveis.

13.3 A entidade cultural que estiver impossibilitada de celebrar o Termo de Compromisso Cultural será notificada pela Secretaria Municipal de Cultura e terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para regularizar a pendência.

13.4 Após o prazo para resposta à notificação, a Secretaria Municipal de Cultura realizará novamente a verificação da adimplência e regularidade da entidade cultural para a celebração do Termo de Compromisso Cultural.

13.5 A entidade cultural que mantiver a situação de impossibilidade para celebrar o Termo de Compromisso Cultural será inabilitada, devendo ser convocada a próxima candidatura da lista de classificação do resultado final da Etapa de Seleção para os procedimentos deste Edital a partir da Etapa de Habilitação, observados as cotas e categorias de inscrição, a ordem decrescente de pontuação, o prazo de vigência deste edital e a disponibilidade orçamentária e financeira.

13.6 Não serão aceitas substituições de candidaturas ou representantes para os casos de inadimplência.

13.7 Recomenda-se às entidades culturais que consultem a sua regularidade jurídica, fiscal e tributária, de modo a resolver com antecedência eventuais pendências, para as Etapas de Celebração do Termo de Compromisso Cultural e de Liberação dos Recursos.

13.8 A liberação dos recursos está condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como mera expectativa de direito.

13.9 Os recursos financeiros serão repassados em uma única parcela, diretamente na conta bancária específica.

13.10 Não incide Imposto de Renda – IR e Imposto sobre Serviços - ISS no repasse de recursos à entidade cultural. O projeto cultural, no âmbito da parceria, não se caracteriza como prestação de serviço.

13.11 É de responsabilidade exclusiva da entidade cultural o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no TCC.

13.12 Os recursos financeiros serão depositados e geridos em conta bancária específica aberta única e exclusivamente em instituição financeira pública.

13.13 Os recursos deverão ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

14. MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

14.1 A SECULT implementará procedimentos de acompanhamento e monitoramento dos Termos de Compromisso Cultural celebrados, antes do término da sua vigência, para fins de aferição do cumprimento do objeto.

14.2 A prestação de contas do Termo de Compromisso Cultural será apresentada por meio do Relatório de Execução do Objeto, no prazo de até 90 (noventa) dias após o fim da vigência do Termo de Compromisso Cultural, contendo no mínimo, comprovações dos resultados e produtos obtidos no cumprimento das Metas durante a execução da parceria.

14.3 A entidade deve prestar contas à SECULT conforme disposições constantes no Termo de Compromisso Cultural, na Instrução Normativa MINC nº 08, de 11 de maio de 2016, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamenta a PNCV) e no Decreto nº 11.453/2023, no que couber.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 O prazo de vigência deste Edital será de 12 (doze) meses contados a partir da publicação do resultado final da Etapa de Habilitação, prorrogável, por uma única vez, por igual período.

15.2 Os conteúdos gerados na meta 3 poderão ser selecionados, formatados e editados pela Secretaria Municipal de Cultura e pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura para divulgação e publicização no *site* do Ministério da Cultura, na Plataforma Rede Cultura Viva e/ou em eventos públicos.

15.3 Os casos não previstos neste Edital e constatados durante a Etapa de Seleção serão resolvidos pela Comissão de Seleção durante as reuniões para avaliação e para julgamento dos pedidos de recurso. Já os casos não previstos neste Edital e constatados durante outras etapas do processo seletivo serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Cultura.

15.4 Os prazos previstos neste Edital iniciam e terminam em dia útil. No caso de o prazo final de qualquer etapa coincidir com data de feriado, final de semana ou ponto facultativo, será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

15.5 Os ônus da participação na seleção pública, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, são de exclusiva responsabilidade da entidade cultural, bem como o acompanhamento da atualização das informações deste Edital.

15.6 A entidade cultural será a única responsável pela veracidade de todos os documentos encaminhados.

15.7 Os projetos inscritos, selecionados ou não, passarão a fazer parte do banco de dados da Secretaria Municipal de Cultura e do Ministério da Cultura para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural brasileira.

15.8 As iniciativas culturais poderão ser citadas, descritas ou utilizadas pela Secretaria Municipal de Cultura e pelo Ministério da Cultura, total ou parcialmente, em expedientes, publicações internas ou externas, cartazes ou quaisquer outros meios de promoção e divulgação, incluídos os devidos créditos sem que caiba à candidatura, selecionada ou não, pleitear a recepção de qualquer valor, inclusive a título autoral.

15.9 A Secretaria Municipal de Cultura e o Ministério da Cultura não se responsabiliza pelas licenças e autorizações (ex.: ECAD, SBAT, pagamento de direitos autorais de texto e/ou música, audiovisual etc.) necessárias para a realização das atividades previstas nos projetos contemplados, sendo essas de total responsabilidade da entidade cultural.

15.10 As peças de divulgação relacionadas ao Termo de Compromisso Cultural deverão ter caráter educativo, cultural, informativo ou de orientação social e não poderão trazer nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

15.11 É obrigatória a menção ao Ministério da Cultura, a Política Nacional de Cultura Viva e a Política Nacional Aldir Blanc em todos os produtos artísticos culturais, peças de divulgação e nas ações culturais realizadas, relacionadas ao recurso do Termo de Compromisso Cultural, com a inclusão da marca do Ministério da Cultura/Governo Federal, da Política Nacional de Cultura Viva, da Política Nacional Aldir Blanc e do Ente Federado em todas as peças de divulgação, observado o Manual de Uso da Marca do Governo Federal, bem como menção ao apoio recebido em entrevistas e outros meios de comunicação disponíveis aos projetos selecionados, observadas as restrições no período de defeso eleitoral.

15.12 As entidades culturais que receberem recursos da Política Nacional Cultura Viva deverão privilegiar o uso de soluções com licenciamento em formatos abertos e produtos sob licenças livres, que permitam a livre cópia, distribuição, exibição e execução, assim como a criação de obras derivadas.

15.13 O ato de inscrição implica o conhecimento e a integral concordância da entidade cultural com as normas e com as condições estabelecidas neste Edital.

15.14 Dúvidas e informações referentes a este Edital poderão ser esclarecidas e/ou obtidas junto à Secretaria Municipal de Cultura, por meio do endereço eletrônico editaisculturacrato@gmail.com e contato telefônico (88) 99681-9367

15.15 Os seguintes Anexos fazem parte deste Edital:

- a) ANEXO 1: Critérios de avaliação da Etapa de Seleção;
- b) ANEXO 2: Formulário de Inscrição;
- c) ANEXO 3: Plano de Trabalho;
- d) ANEXO 4: Plano de Aplicação de Recursos;
- e) ANEXO 5: Modelo de Autodeclaração Étnico-Racial;
- f) ANEXO 6: Modelo de Autodeclaração para Pessoa com Deficiência;
- g) ANEXO 7: Formulário para Pedido de Recurso (Etapa de Seleção e Etapa de habilitação);
- h) ANEXO 8: Declaração Conjunta;
- i) ANEXO 9: Minuta de Termo de Compromisso Cultural;

Crato, 28 de abril de 2026

José Wilton Soares e Silva

Secretário Interino de Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEINFRA**REQUERIMENTO DE LICENÇA
A PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
07.587.975/0001-07**

Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Mudança do Clima - SEMMA a RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, totalizando uma área de 212.568,58m², situadas em diversas Localidades do Município de CRATO/CE .

Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMMA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA – SMASC**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS**

Resolução N° 25/2026
(20 de abril de 2026).

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 3.702/2020 e demais normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em Reunião Extraordinária realizada no dia 20 de abril de 2026, conforme Ata n° 05/2026,

RESOLVE:

Art. 1° - APROVAR a **Proposta de Readequação do Plano de Trabalho - Primeiro Termo Aditivo da entidade INSTITUTO FLOR DO PIQUI**, referente aos recursos oriundos da Emenda Parlamentar N° 202541380009, no Grupo de Natureza de Despesa – GND 4, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2° - Fica revogada a Resolução n° 19/2026 de 09 de abril de 2026.

Art. 3° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Crato-CE, 20 de abril de 2026.

Ticiania Ferreira Cândido França
Presidente do CMAS de Crato-CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – SEFIN**RELAÇÃO DEFINITIVA DOS CANDIDATOS COM A INSCRIÇÃO DEFERIDA**

O Município do Crato, por intermédio da Secretaria de Finanças, torna pública a relação definitiva das inscrições deferidas no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE ENTREGADOR DE BOLETOS DE IPTU (IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO) E ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DO CRATO, em atendimento ao Edital N° 001/2026 – SEFIN, de 16 de abril de 2026, publicado na Edição 5944 do Diário Oficial do Município.

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
PSS-1033239	PETRONIO DE SALES ARAUJO	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-1110217	FABIANO BEZERRA SOUSA	PESSOA NEGRA OU PARDA
PSS-1310515	LIVIA MARIA DE SOUSA FERNANDES	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-1930819	GABRIEL ALVES DOS SANTOS	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-1981509	FRANCIELY LUIS DE GONZAGA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-2016325	RAQUEL LOPES PAIV	PCD
PSS-2020561	AQUILA MACHADO BARBOSA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-2049333	JAILSON FERREIRA DA SILVA	PESSOA NEGRA OU PARDA
PSS-2323658	LUCIA DE FATIMA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-2439427	TAMARA BARBOSA DUETE PEIXOTO	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-2506267	JEFFERSON CAVALCANTE CRUZ SARAIVA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-2645289	DEBORA BRUNO FERREIRA RIBEIRO	PESSOA NEGRA OU PARDA
PSS-2675609	CARLOS ANDRÉ DA SILVA SOUZA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-2706202	ROBERIA FRANCO	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-2755493	JURANDIR DA SILVA GONCALVES JUNIOR	PESSOA NEGRA OU PARDA
PSS-2899996	GUILHERME BASTOS DE SOUSA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-2946965	ELIANA CARVALHO DE LIMA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-3069462	ANTÔNIO MARCOS TOMAZ FEITOSA	PESSOA NEGRA OU PARDA
PSS-3240968	ROBERTA SANTOS LIMA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-3387815	BRUNO MONTEIRO DE FREITAS	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-3493332	ISABEL CRISTINA DA SILVA TENORIO	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-3498800	MARIA MARGARIDA DE OLIVEIRA CARDOSO	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-3566260	GUILHERME ALEXANDRE SOUSA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-3568328	DANÚBIO MORENO DANTAS DA SILVA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-3760263	RENATA MYKAELLE PINHEIRO	PESSOA NEGRA OU PARDA
PSS-3996694	ANTONIO SILVA SOARES	PESSOA NEGRA OU PARDA
PSS-4360298	WELLISON CESAR MACÊDO DE ALENCAR	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-4632544	VICTOR RAYAN DA S LIMA	PESSOA NEGRA OU PARDA
PSS-4701050	ANA PAULA PEREIRA DE LUCENA	PESSOA NEGRA OU PARDA

PSS-4841374	JOSE VINICIUS ALBINO DA SILVA FERREIRA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-5097452	ANOTNIO NILTON DE MORAIS JUNIOR	PESSOA NEGRA OU PARDA
PSS-5242259	PABLO KAUÃ NASCIMENTO	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-5345003	FRANCISCO YAGO SILVA TEIXEIRA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-5372187	JOSÉ ROBÉRIO DOS REIS PEREIRA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-5745615	JEFFERSON SIMOES SOBREIRA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-6677402	RENATA CORREIA LEANDRO	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-6836858	RONALDO SOUZA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-6895528	YASMINE SHAIENNE RODRIGUES MAIA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-6990770	JULIA VIVIANE FERNANDES DE SOUSA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-7315414	WILLIAM GABRIEL ALVES DE SOUSA	PESSOA NEGRA OU PARDA
PSS-7332870	SABRINA DE SOUSA GOMES	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-7581663	FRANCISCO SAMPAIO DE CARVALHO FILHO	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-7994822	ANA VITÓRIA BARBOSA RIBEIRO	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-8517329	MARIA JUDE MONTEIRO GABRIEL	PESSOA NEGRA OU PARDA
PSS-8705084	PAULO VICTOR NOBERTO DE OLIVEIRA	PESSOA NEGRA OU PARDA
PSS-9018818	PAULO ADRIANO DUARTE DA SILVA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-9210803	DAVID DE SOUZA BATISTA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-9255917	ANALIA MARIA MOREIRA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-9382066	CICERO FERREIRA DE CASTRO JUNIOR	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-9433430	ANTONIO ROMUALDO NETO	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-9799463	TIAGO KAIQUE MATEUS SOUSA	AMPLA CONCORRENCIA
PSS-9845990	SAMUEL ROBSON CARLOS FAVELA	PESSOA NEGRA OU PARDA
PSS-9929025	AMANDA NICOLAU DE SOUSA	AMPLA CONCORRENCIA

Crato, 28 de abril de 2026

CENTRAL DE LICITAÇÃO MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO Nº 2026.04.27.3**

Contrato nº 2026.04.27.3. Credenciamento nº 2025.08.20.8. **Objeto:** CREDENCIAMENTO DE CARTÓRIOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CARTORÁRIOS DE REGISTRO CÍVEL DE PESSOAS NATURAIS PARA REALIZAÇÃO DE CASAMENTOS CIVIS E 2º VIAS DE CERTIDÕES DE NASCIMENTO NO MUNICÍPIO DO CRATO-CE. Valor Global do Contrato: R\$ 33.096,00 (trinta e três mil e noventa e seis reais). Dotação Orçamentária: 1601.08.122.1601.2.117.0000 – Gestão Administrativa e Funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Signatários: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, neste ato representado pelo respectivo Sr. Rondinele dos Santos Brasil, Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania e do outro lado o CARTÓRIO ARAUJO SOUSA – REGISTRO CIVIL DO DISTRITO DE SANTA FÉ, inscrito no CNPJ, sob o nº. 41.675.502/0001-08, com sede na Rua Benedito José Teles, nº 64, Distrito de Santa Fé, Crato-CE, CEP: 63136-974, através de sua representante legal, Sra.Layanne Araújo Sousa Marinho. Vigência do Contrato: 12 meses, a partir da data de sua assinatura. Crato-CE, 27 de abril de 2026.